

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: O que é o RenovaBio.....	2
Título: Raízen oferece R\$823 mi para comprar usinas da Tonon	3
Título: Notas	4
Título: Petrobrás é teste para leniência da J&F	5
Título: Petros terá taxa extra para cobrir déficit.....	6
VEÍCULO: Correio Braziliense	8
Título: Ouro mexe com o Riacho Fundo.....	8
Título: Notas	11
VEÍCULO: Valor Econômico	12
Título: Salto dos investimentos em energia solar fotovoltaica.....	12
Título: Destaques.....	15
Título: Cesp deve ser privatizada em setembro.....	15
Título: Ineos vai investir € 2 bi em expansão na Europa	16
Título: Etanol em baixa pressiona usinas no país.....	17
Título: Curtas	18

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção:** Opinião**Autor:** Plínio Nastari**Título:** O que é o RenovaBio

O Brasil é considerado o país mais avançado do mundo na área de biocombustíveis, por substituir 36% da gasolina por etanol e 8% do diesel fóssil por biodiesel. Em volume, é o segundo maior produtor mundial de etanol e biodiesel, e tem um grande potencial também por meio do biogás, do biometano e do bioquerosene. No entanto, as bases sobre as quais esses mercados têm se desenvolvido ainda são frágeis. A falta de condições estáveis tem causado instabilidade que pode levar a retrocessos indesejáveis.

A inexistência de uma regulação mínima tem resultado num mercado com precificação basicamente à vista, sem condições que estimulem o investimento em expansão da capacidade de produção. O Brasil tem a oportunidade de integrar sua política de desenvolvimento agroindustrial com sua política energética, ao mesmo tempo que viabiliza objetivos de políticas ambiental, industrial e de desenvolvimento econômico descentralizado.

As diretrizes do programa RenovaBio aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) visam a criar um arcabouço regulatório que traga previsibilidade e credibilidade, viabilizando condições estáveis para a retomada do investimento privado sustentado nessa área. O RenovaBio é uma proposta de regulação que visa a induzir ganhos de eficiência energética na produção e no uso de biocombustíveis e reconhecer a capacidade de cada energético contribuir para o atingimento de metas de redução de emissões de carbono.

Diferentemente de medidas tradicionais, o RenovaBio não propõe a criação de imposto sobre carbono ou de subsídios. O estabelecimento de metas de redução das emissões de carbono para o mercado de combustíveis, em sintonia com os compromissos assumidos no Acordo do Clima, vai criar um farol para o tamanho do mercado futuro de biocombustíveis, inserindo-os de forma definitiva na matriz de combustíveis.

O RenovaBio não contrapõe biocombustíveis aos de origem fóssil. Não está sendo definido qual será o tamanho do mercado de etanol, biodiesel, biometano ou bioquerosene. O tamanho do mercado de biocombustíveis estará relacionado à ambição e à velocidade do atingimento das metas de redução de emissões de carbono, o que deve ocorrer em harmonia entre os biocombustíveis e os combustíveis de origem fóssil.

A regulação pretendida melhora a organização, confere previsibilidade, promove maior eficiência, menores custos e maior controle contra fraudes. O RenovaBio introduz meritocracia na produção de biocombustíveis, premiando e conferindo estímulos à crescente eficiência em sua produção e uso.

O programa Rota2030, gerido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, tem a oportunidade de induzir a otimização da frota flex para o uso de etanol, a introdução dos híbridos flex e dos veículos equipados com células a combustível movidas a etanol. A aplicação do RenovaBio vai viabilizar a troca de certificados de redução de emissão relacionados ao uso de biocombustíveis e vai determinar, em condições de mercado, o valor da tonelada de carbono.

Biocombustíveis são considerados opção moderna e ambientalmente avançada de energia para o setor de transportes. As emissões de gases do efeito estufa do carro flex brasileiro rodando a etanol são menores do que as metas almejadas para 2040 pelos carros elétricos na União Europeia. O RenovaBio é uma proposta de regulação construída a partir de conceitos e do aprendizado obtido com as mais modernas iniciativas internacionais, como o Padrão de Combustíveis de Baixo Carbono e o Padrão de Combustíveis Renováveis, nos Estados Unidos, e a Diretiva de Energia Renovável, na União Europeia.

Mas vai além, ao induzir e premiar a busca por maior eficiência energética no setor de biocombustíveis, conferindo eficiência e competitividade crescentes, o que deve levar a menores custos para a sociedade e os consumidores.

REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL, É ESPECIALISTA EM MATÉRIA DE ENERGIA NO CNPE

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Negócios

Autor: Reuters

Título: Raízen oferece R\$823 mi para comprar usinas da Tonon

A Raízen Energia, joint venture da Cosan e da Shell, informou que apresentou nesta terça-feira proposta vinculante de 823 milhões de reais para comprar as usinas de Santa Cândida e Paraíso, da Tonon Bioenergia, que está em recuperação judicial.

Maior produtora de açúcar e etanol do Brasil, a Raízen já tinha 24 unidades de produção de açúcar, etanol e bioenergia.

Caso o negócio seja concretizado, marcará uma retomada da expansão por aquisições do grupo Cosan no setor sucroalcooleiro após um período de consolidação dos negócios de açúcar e etanol.

A unidade Santa Cândida possui capacidade de moagem de cana-de-açúcar de aproximadamente 3,2 milhões de toneladas por safra. A usina tem capacidade de produção de 123 milhões de litros de etanol ao ano e de 221 mil toneladas de açúcar, segundo informação do website da Tonon.

A Paraíso tem capacidade de moagem de 2,5 milhões de toneladas por safra e pode produzir 91 milhões de litros de etanol por safra, assim como 140 mil toneladas de açúcar.

Segundo nota da Raízen, as usinas Santa Cândida e Paraíso serão organizadas sob a forma de Unidade Produtiva Isolada (UPI Tonon), sendo que a alienação será feita em leilão judicial, na modalidade de propostas fechadas.

"Ressaltamos que não existe, até o momento, qualquer resultado concreto do processo competitivo nem prazo previsto para a conclusão do mesmo", afirmou a Raízen.

A empresa disse ainda que, caso sua proposta seja vencedora do leilão judicial, a assinatura dos documentos definitivos relacionados à aquisição da UPI Tonon estará sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Aline Bronzati / Cynthia Decloedt / Fernanda Guimarães

Título: Notas

>> Cemig pedirá liberação de ações da Light aos bancos

Em meio a um profundo rearranjo de suas dívidas, a Cemig vai pedir aos bancos a concessão para a venda de suas ações na Light que foram dadas como garantia na emissão de debêntures feita no final do ano passado, de R\$ 2,24 bilhões. Os papéis estão com os bancos e foram emitidos para rolar uma outra dívida da elétrica com as mesmas instituições. Agora a missão da estatal mineira é pagar as debêntures. Para isso, a Cemig quer captar até US\$ 1,5 bilhão com a colocação de bônus no exterior. Em maio, a elétrica tentou fazer a operação lá fora, mas voltou atrás sem consenso sobre preço. Agora busca investidores âncora para a emissão, os quais podem ajudar a companhia a alcançar uma melhor condição de preço na operação.

» Iluminado.

Com vendas crescendo acima da média do varejo e um plano agressivo de expansão, a rede de “atacarejo” Assaí vai ser o endereço do maior projeto solar numa região urbana no Brasil. Na cobertura da nova loja de Goiânia da rede, do Grupo Pão de Açúcar (GPA), foram instaladas mais de 2,8 mil placas, capazes de gerar 1,5 mil Megawatt/ hora (mwh) num ano. O maior projeto urbano até então, o do aquário AquaRio, produz 921 mwh anuais. Alugado ao Assaí pela empresa de energia do controlador francês Casino, o sistema deve reduzir a conta de energia do varejista em cerca de R\$ 2,6 milhões ao longo de 25 anos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Alexa Salomão / Ricardo Brandt****Título: Petrobrás é teste para leniência da J&F**

Em representação ao MPF, grupo pede ajuda para recuperar contrato com estatal.

O Ministério Público Federal (MPF) recebeu ontem uma representação da defesa da J&F, controladora da JBS, solicitando a aplicação da leniência assinada com a instituição. No acordo, o MPF se compromete a divulgar e a abrir canal de comunicação com órgãos públicos para defender a permanência de contratos firmados antes de a empresa confessar seus delitos.

Segundo o MPF, a defesa da J&F utiliza o acordo na tentativa de reverter a decisão da Petrobrás de cancelar o fornecimento de gás a uma térmica do grupo. Na quinta-feira passada, a estatal anunciou a extinção antecipada do contrato com a usina termelétrica Mário Covas, em Cuiabá, da Âmbar, empresa do grupo J&F. Em comunicado ao mercado, a Petrobrás explicou que adotou a medida “devido à violação de cláusula contratual que trata da legislação anticorrupção”.

Como a leniência é um acordo entre as partes, o MPF não tem competência para obrigar que ele seja seguido por terceiros. Dentro desse princípio, a assessoria do MPF informou que a representação da J&F será avaliada e que a instituição vai analisar providências dentro do escopo da leniência. O advogado Fábio Medina Osório, ex-advogado-geral da União, explica que a leniência assinada exclusivamente com o MPF tem sempre esse risco – de não ser seguida por terceiros.

Por isso, existe a defesa de que o instrumento seja acertado com o maior número possível de envolvidos, principalmente com órgãos de representação da União, procedimento que tem sido de difícil implementação. “A leniência é um acordo

que blindar a empresa contra um processo do MPF, mas ela sabe que está assumindo outros riscos”, diz Medina.

Advogados ouvidos pela reportagem argumentam que a J&F teve uma dificuldade adicional para incluir em sua leniência outros órgãos públicos, estatais e agências reguladoras em seu acordo: o fato de seus delatores terem acusado representantes do alto escalão do governo, incluindo o próprio presidente da República. Na Operação Lava Jato, a partir da Força Tarefa em Curitiba, já foram firmadas dez leniências, e os procuradores se comprometem a fazer gestões com órgãos de governo para evitar restrições de contratos e bloqueios financeiros.

No acordo com a Odebrecht – o maior, em pouco mais de três anos de investigações –, a cláusula 18 estipula que o MPF se compromete a fazer gestões pelo desbloqueio de bens congelados e pelo fim de restrições de contratação impostas com o governo, como a determinada pela Petrobrás. Um dos pontos importantes do acordo, que beneficiam a Odebrecht, é o que prevê que o Ministério Público levasse a leniência à Petrobrás para que fosse considerada a extinção do bloqueio cautelar imposto pela estatal às empresas do grupo.

A holding teve R\$ 35 bilhões em contratos diretos e por meio de consórcios e associadas. Procurada, a Petrobrás não se manifestou até o fechamento da edição. A assessoria de imprensa da J&F disse que a empresa não comentaria.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes

Título: Petros terá taxa extra para cobrir déficit

Funcionários da Petrobrás vão começar a pagar a contribuição em janeiro; rombo de R\$ 17 bilhões a R\$ 24 bilhões será dividido com a estatal

Funcionários e aposentados da Petrobrás, além da própria estatal, vão começar a pagar em janeiro pelo déficit bilionário acumulado pela fundação de seguridade social dos empregados da petroleira, a Petros. A contribuição extra, que deve ser quitada ao longo de vários anos, será de R\$ 17 bilhões a R\$ 24 bilhões, afirmou o presidente da Petros, Walter Mendes, em entrevista exclusiva ao ‘Estadão/Broadcast’.

O executivo adiantou que a intenção é cobrar dos contribuintes valor superior ao piso de R\$ 17 bilhões, para evitar novo plano de ajuste de contas caso a Petros volte a registrar déficits. Em dezembro do ano passado, faltaram R\$ 26 bilhões para fechar as contas. O plano de equacionamento do déficit deve ser

comunicado aos participantes em novembro, mas a cobrança, inclusive de aposentados, só vai acontecer após 60 dias.

Metade da conta será paga pela Petrobrás e a outra metade, pelos seus funcionários. Alvo de uma CPI no Congresso e da Operação Greenfield, da Polícia Federal, que investiga desvios de recursos em investimentos suspeitos, a Petros já saiu do ‘fundo do poço’, segundo Mendes. “Setembro foi o momento mais complicado. Ministério Público e Polícia Federal estiveram aqui num dia e nunca mais vieram. Fomos até eles para demonstrar transparência, ganhamos confiança e nosso relacionamento tem sido muito bom”, disse.

O principal alvo da Greenfield foi o Fundo de Investimento em Participações (FIP) Florestal, criado para financiar a Eldorado Celulose, controlada pelo grupo J&F, que tem como um dos sócios Joesley Batista, o empresário que acusou o presidente Michel Temer de participar de esquema de corrupção. Apenas esse ativo provocou perda de R\$ 745 milhões à Petros em 2016.

Defesa.

Em teleconferência para apresentar o resultado de 2016 aos participantes, Mendes afirmou que a fundação apresentou sete notificações à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) apontando irregularidades na atividade de administradores e gestores de fundos estruturados. Além disso, afirmou, a Petros está “contratando escritório de advocacia para tomar as medidas cabíveis contra as partes apontadas em relatórios de auditorias externas”.

Assim, vai buscar o ressarcimento por possíveis desvios de recursos e a defesa da imagem da fundação. “Nem sempre o ressarcimento será possível. Nem sempre os ativos têm valor para ressarcir todo investimento feito. Existe um volume grande de investimentos que está a zero no nosso balanço. Outros vão perdendo valor ao longo do tempo”, afirmou. Ele acrescentou ainda que há a expectativa de alguma recuperação de investimentos estruturados, “mas, infelizmente, não é muita”. Hoje, a Petros não possui exposição à JBS, informou.

O último lote de ações foi vendido em janeiro deste ano. Mendes nega que tenha abandonado o investimento prevendo o envolvimento da empresa na Lava Jato. A ideia, segundo ele, era reduzir a participação da renda variável no PPSP. “Não prevíamos problema. A gente pode ter atirado no que viu e acertado no que não viu”, afirmou.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Cidades****Autor: Deborah Fortuna****Título: Ouro mexe com o Riacho Fundo**

Quase três séculos após a descoberta das primeiras minas de ouro onde hoje está o Entorno do Distrito Federal, a capital é surpreendida com a notícia do minério no Córrego Riacho Fundo. Na manhã de ontem, policiais militares flagraram três homens no momento em que se preparavam para garimpar no leito do rio. Eles contaram que um colega afirmou ter achado uma pepita de 2 gramas da pedra.

Homens do Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA) encontraram os suspeitos enquanto realizavam ronda pela região em busca de captações irregulares de água. Segundo o sargento Luciano Cunha, quando abordados, um dos garimpeiros tentou fugir. “Eles sabiam que não podiam realizar garimpo. Não resistiram e confessaram o que pretendiam fazer”, detalhou o militar. O trio carregava uma bateia (ferramenta usada no processo de mineração de metais preciosos), um facão e um martelo.

Os PMs levaram o trio para a Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente (Dema). O delegado liberou os três após assinarem um termo circunstanciado. O sargento explicou que não houve como enquadrar os suspeitos em um flagrante. “Eles ainda não tinham começado a garimpagem. Por isso, a ocorrência foi registrada, mas eles não puderam ficar na delegacia”, comentou.

A área do córrego é de proteção ambiental. Para realizar o garimpo, é preciso autorização. Luciano Cunha contou que os três amigos pretendiam realizar um estudo dos minerais do lugar. “Eles afirmaram já ter conhecimento de garimpagem. A bateia seria usada para encontrar algum resíduo. Em seguida, os pontos seriam demarcados para facilitar a localização”, contou o PM.

Vizinhos surpresos

A notícia, no entanto, logo se espalhou pelo Riacho Fundo. Muitos se disseram surpresos com a possibilidade de haver ouro tão próximo de casa. Natural de Minas Gerais e de família de mineradores, Eldir Caetano Evangelista, 67 anos, chegou à capital em 1970 e afirmou que já tinha escutado lendas sobre a pedra preciosa nas redondezas. O local onde o trio realizaria o garimpo fica nos fundos da chácara dele. “Comprei essa terra em 1970 e sempre existiu esse boato. Mas eu nunca gostei de garimpo, meu pai trabalhou com isso e deixou a gente pobre”, destacou. Eldir disse ainda que sempre há movimento de estranhos no lugar, mas nunca esperou que estivessem atrás do minério. “Muita gente vem pra cá usar

drogas. Eu pensei que eles (os três detidos ontem) estivessem fazendo a mesma coisa. Foi uma surpresa quando recebi a notícia”, observou.

Especialista em geologia econômica, Claudinei Gouveia de Oliveira explicou que há certos tipos de rocha em que é possível encontrar pedras preciosas com mais facilidade, nas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste. “Isso se estende do Norte à região Sul de Minas Gerais, em uma faixa extensa. Passa por Luziânia (GO) e pode chegar a Paracatu (MG), onde, inclusive, tem uma mina de ouro”, comentou. Segundo o professor, o ambiente aquático raso tem acúmulo de uma série de metais – assim como chumbo e zinco –, o que pode indicar que alguém realmente possa ter encontrado a pepita no Córrego Riacho Fundo. “Existe uma possibilidade regional de isso não ser um boato”, garantiu.

Receio da ganância

Mas o receio de as pessoas começarem a procurar ouro no córrego atinge até mesmo as autoridades. O sargento Luciano Cunha afirmou que uma equipe da PM vai continuar fazendo rondas pela região para evitar esse tipo de crime. “O ser humano adora ouro. Se alguém for encontrado garimpando sem a licença, será autuado”, frisou.

O administrador regional do Riacho Fundo I, Heitor Kanegae, afirmou que nunca tinha ouvido falar sobre ouro próximo ao córrego. “Nem imaginávamos que tivesse alguma mineração aqui”, disse. Ele garantiu que a administração já está trabalhando em parceria com a Polícia Civil para atuar no caso, já que é preciso entender primeiro o que aconteceu antes de tomar alguma decisão. “Temos que ver o local. Se é área pública ou particular, para ver quais medidas tomar. Se for particular, então o dono que tem que cuidar. Mas se for área pública, vamos consultar o Ibram”, adiantou.

Sem autorização

Conforme informações do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), não existe um estudo específico que mostre a existência de ouro nos territórios do Distrito Federal. Porém, há pedidos para a garimpagem de ouro e cascalho, mesmo que nenhum tenha sido aprovado pelo órgão.

Para realizar a solicitação, é necessário seguir as recomendações preestabelecidas. “Para exercer a função, deve-se possuir a Permissão de Lavra Garimpeira, título autorizativo fornecido pelo DNPM. Depois, a pessoa solicita a licença ambiental para garimpo com o Ibram e, quando aprovada, ela retorna ao DNPM. Só assim analisamos os documentos, podendo emitir ou não o título”, esclareceu o geólogo do DNPM Paulo Ribeiro de Santana. Ele também ressaltou que não se pode garimpar sem autorização. “A extração ilegal configura, além do

crime ambiental, a usurpação de bem da União, pois o minério pertence à União”, concluiu.

* Estagiários sob supervisão de Renato Alves

"Isso se estende do Norte à região Sul de Minas Gerais, em uma faixa extensa.

Passa por Luziânia e pode chegar a Paracatu, onde, inclusive, tem uma mina de ouro”

Claudinei Gouveia de Oliveira, especialista em geologia

2 gramas - Peso da pepita que um estranho diz ter encontrado no córrego do Riacho Fundo

A maior mina do país está em Paracatu

A maior mina de ouro do Brasil a céu aberto fica em Paracatu (MG), a 230km de Brasília. A exploração é realizada pela canadense Kinross. Em 2006, a mineradora iniciou um projeto de expansão para elevar a capacidade de produção da mina de Paracatu de 5 para 15 toneladas anuais de ouro, até setembro de 2008. O projeto também amplia em mais de 30 anos o tempo de vida útil da mina.

Nascidas do garimpo

Os primeiros povoamentos em Goiás e na região do atual Distrito Federal surgiram devido à corrida do ouro empreendida pelos bandeirantes paulistas. A Coroa Portuguesa e os aventureiros residentes no Brasil-Colônia acreditavam haver tanto ouro no coração do Brasil quanto em outras localidades da colônia, como nas minas de Ouro Preto e adjacências.

Mas Portugal queria construir estradas mais seguras, evitando passar por território indígena ou próximo aos quilombos, contornando serras e atravessando rios em locais mais propícios, para fazer chegar até os pontos novos de mineração, como na mineira Paracatu — onde o ouro foi descoberto em 1725 —, em Mato Grosso — cujo ouro havia sido descoberto em 1718 — e em Goiás. As terras goianas eram conhecidas por residentes e comerciantes de São Paulo e Belém desde o fim do século XVII, pois estavam nos roteiros de viagens e havia rumores de que nos rios e riachos das terras de Goiás existiam riquezas auríferas abundantes.

Mais antiga cidade do Entorno, Pirenópolis, a 140km de Brasília, começou a ser ocupada em 1727, quando os bandeirantes ali fundaram as Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte. Logo após montar acampamento, eles se

lançaram à cata do precioso metal no leito do Rio das Almas. Oriundos do norte de Portugal e da Galícia, construíram casas e igrejas, formando um arraial.

No mesmo período, bandeirantes rumavam para o que viria a ser Corumbá, vizinha a Pirenópolis. Também atraídos pelo ouro, fixaram acampamento na margem do Rio Corumbá. Em 8 de setembro de 1730, fundaram o Arraial de Nossa Senhora da Penha do Corumbá.

Na mesma época, fundaram Santa Luzia, a atual Luziânia. E a história dela está ligada à de Paracatu, de onde partiu o bandeirante paulista Antônio Bueno de Azevedo, seguindo para noroeste, até se aproximar do Rio São Bartolomeu. Após três meses, seguiu para o oeste e alcançou as margens do Rio Vermelho. Em 13 de dezembro de 1746, enquanto descansava às margens de um córrego, notou pepitas de ouro no leito. No dia seguinte, ergueu festivamente um cruzeiro e dedicou as minas e o futuro povoado a Santa Luzia.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Cidades / colunas

Autor: Ana Maria Campos

Título: Notas

Benefício para empresas aéreas de quase R\$ 800 milhões

Aprovada em 2013 pela Câmara Legislativa, a lei que reduziu de 25% para 12% a alíquota de ICMS sobre o combustível para a aviação civil provocou uma renúncia de arrecadação que pode chegar a R\$ 776 milhões até o próximo ano. O cálculo é estimado e inclui fatores, como preço do petróleo, variação cambial e aumento do consumo de querosene. Nem mesmo os técnicos do governo do DF conseguem estimar com precisão se valeu ou não a pena abrir mão dessa receita. Não há um estudo sobre o impacto na arrecadação provocado pelo benefício ou para o cidadão no dia a dia. Mas é certo que foi uma vantagem e tanto para empresas aéreas. O querosene representa aproximadamente 40% do custo de um voo e não se tem notícia de que essa redução foi repassada ao preço final das passagens. Para piorar, há agora uma suspeita de que a aprovação da lei ocorreu em troca de propina. Reportagem do O Globo, publicada no fim de semana, apontou que Henrique Constantino, um dos fundadores da Gol Linhas Aéreas, afirmou, em delação premiada, ter pago suborno a políticos do PMDB, entre os quais o ex-vice-governador Tadeu Filippelli, em troca de alguns favores, como a redução da alíquota do ICMS do querosene no Distrito Federal.

Menos pousos e decolagens

A desoneração do querosene de avião para voos domésticos foi uma medida adotada pelo governo Agnello para transformar o aeroporto internacional Juscelino Kubitschek, de Brasília, num hub, centro distribuidor de voos, no país. A ideia é incentivar o turismo na capital, oferecer mais opções de embarques diretos de Brasília e ainda incrementar a arrecadação com o aumento do consumo de querosene, numa guerra fiscal com outras unidades da federação. Dados da Inframerica, no entanto, indicam que hoje há menos pousos e decolagens no aeroporto da cidade do que havia em 2012. Foram 188.528 naquele ano e 161.167 em 2016. Entre janeiro e maio deste ano, 59,8 mil voos saíram ou chegaram em Brasília. No mesmo período de 2016, foram 70,3 mil.

Na ordem do dia

A medida, no entanto, é uma tendência nacional. Está na ordem do dia do plenário do Senado projeto de resolução que estabelece um teto de 12% no ICMS de querosene de avião em todos os estados. Hoje, São Paulo mantém a alíquota de 25%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Camila Ramos

Título: Salto dos investimentos em energia solar fotovoltaica

Em um momento em que o país passa por desafios nas esferas econômica, política e social, a energia solar fotovoltaica é um dos poucos setores que mantém um ritmo acelerado de crescimento, com 250% ao ano, gerando oportunidades de negócio para pequenas e grandes empresas.

Foi publicado em maio o primeiro relatório de "Mapeamento da Cadeia de Valor da Energia Solar Fotovoltaica no Brasil". De autoria da Cella (Clean Energy Latin America) e contratado pelo Sebrae, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Organização dos Estados Iberoamericanos (OEI), o estudo analisa oportunidades e desafios do segmento no país, apontando formas de inserção de novos negócios no setor.

O estudo mostra análises inéditas sobre a energia fotovoltaica no Brasil. Estima-se que a energia solar fotovoltaica representará por volta de 32% da matriz elétrica brasileira em 2040. Tal expansão demandará investimentos de aproximadamente R\$ 313 bilhões nos próximos 10 anos - R\$ 112 bilhões só em geração. Até 2040, estes números atingirão até R\$ 685 bilhões. O quanto destes investimentos serão realizados na cadeia nacional dependerá da competitividade local.

Como viabilizar investimentos desta magnitude? O arcabouço regulatório tem contribuído com o estabelecimento da cadeia fotovoltaica no país. Especialmente o Sistema de Compensação de Energia Elétrica para a geração distribuída (GD), e da recorrência dos leilões de energia solar para geração centralizada. Hoje, o Brasil tem mais de 1600 empresas atuantes em energia fotovoltaica. São 8 montadoras de módulos, 400 fabricantes de componentes, além de mais de 1 mil fornecedores de serviços. O país já tem mais de 10 mil instalações fotovoltaicas. Além disso, uma potência de 2,74 GW de usinas solares foram contratadas em leilões.

Financiamento é ao mesmo tempo viabilizador e gargalo. A cadeia fotovoltaica conta com mais de 50 linhas de financiamento. Estas linhas, mapeadas no estudo, atendem geradores de energia, fornecedores de bens e serviços, investidores, consumidores PF e PJ, além de instituições de P&D. Os maiores gargalos do financiamento no setor são exigências de conteúdo local incompatíveis com o estágio atual da cadeia produtiva para linhas com custo competitivo; alto custo das linhas para consumidores finais (acima de 30% ao ano); complexidade no processo de análise de financiamento de projetos e a incompatibilidade das garantias solicitadas com a natureza dos ativos.

Outro fator chave, o que mais tem contribuído para seu desenvolvimento, é a queda de custos da tecnologia. A energia fotovoltaica tem batido recordes de queda no valor de investimento e aumento de eficiência na conversão de energia solar em eletricidade. Entre 2009 e 2016 o custo de produção da energia fotovoltaica caiu mais de 80%, fazendo com que seu custo atingisse a paridade tarifária em 44 distribuidoras ao final de 2016, representando 75% dos consumidores brasileiros de baixa tensão. E a expectativa é que caia mais 60% até 2040. Além disso, aumentos nas tarifas elétricas para o consumidor têm reforçado a competitividade solar.

Entre 2009 e 2016 o custo de produção da energia fotovoltaica caiu mais de 80%. E deve cair mais

No contexto global, o setor fotovoltaico brasileiro ainda é incipiente, porém cada vez mais atrativo. Os principais investidores em usinas fotovoltaicas em construção no Brasil são empresas estrangeiras experientes no mundo que veem a oportunidade no país: Enel, EDF, Engie, Scatec, Actis, Canadian Solar, entre outras. Algumas delas investiram nestes projetos desde sua concepção, mas outras entraram no setor por meio de fusões e aquisições, cada vez mais frequentes. Por sua vez, na GD, a maioria das empresas são pequenos e médios instaladores locais. Não obstante, há uma crescente tendência de concessionárias de distribuição de energia elétrica lançarem braços de GD.

Em termos de competitividade da indústria solar brasileira, os sistemas fotovoltaicos que utilizam módulos montados no Brasil são mais caros, por volta de 20% se comparados aos sistemas fotovoltaicos que utilizam módulos importados. A discrepância se dá pela enorme diferença do preço dos módulos. Segundo o estudo, os módulos montados no Brasil são em torno de 60% mais caros que similares importados. Os motivos desta diferença de custo são impostos não recuperáveis, mão de obra, encargos trabalhistas, frete incremental de importação de componentes em vez do módulo acabado, obrigações de investimento em P&D e margem de lucro do fabricante para remunerar o capital investido na linha de montagem no Brasil.

Outros gargalos produtivos de competitividade da cadeia no Brasil são complexidade e carga tributária, mão de obra, tamanho do mercado, infraestrutura logística, custo de capital em moeda local, volatilidade cambial e risco regulatório.

O Brasil é pouco competitivo em elos da cadeia que precisam de escala internacional, desde o beneficiamento do silício até a produção de células fotovoltaicas e módulos. É aqui que países asiáticos são imbatíveis. Porém, o país é competitivo em produtos que já são produzidos por aqui e são destinados a outras indústrias, como molduras, estruturas metálicas e componentes elétricos que, ao mesmo tempo, têm acesso a financiamento com custos diferenciados por possuírem conteúdo local.

Para reverter este cenário de fragilidade de competitividade, é preciso que o país fomente uma demanda doméstica relevante e recorrente para justificar o investimento, inclusive incentivos à tributação e simplificação do sistema tributário.

De qualquer maneira, o avanço da tecnologia fotovoltaica no longo prazo é irreversível, no Brasil e no mundo, por ser tecnologia disruptiva (eficiência, empoderamento do consumidor, possibilidades de aplicações), redução de custos, pegada de carbono, entre outros. A questão é quão rápido, quanto e como o país quer ser inserido no mapa mundial da energia fotovoltaica.

1. O relatório é gratuito e de livre acesso ao público, e pode ser acessado na íntegra nos endereços www.celacleanenergy.com e www.sebrae.com.br.

Camila Ramos é diretora-geral da Cella - Clean Energy Latin America, mestre em economia pela London School of Economics e membro do Conselho de Administração da Absolar (info@celaexperts.com).

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor:****Título: Destaques****Multiner afasta executivo**

A Multiner, holding controladora de usinas de geração de energia, informou que o Tribunal de Justiça de São Paulo derrubou a liminar que suspendia a destituição de Ricardo Fialho Sellos do cargo de presidente-executivo e diretor de relações com investidores (DRI). Dessa forma, Edésio Alves Nunes Filho assume as funções de Sellos, conforme havia sido deliberado pelo conselho de administração em 23 de maio. Uma liminar concedida no dia 31 de maio suspendeu o afastamento de Sellos dos cargos. A destituição foi pedida pelo grupo Bolognesi, que detém 52% do capital votante. Fundos de pensão reunidos no Multiner Fundo de Investimento em Participações são contra a mudança.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Camila Maia****Título: Cesp deve ser privatizada em setembro**

O governo do Estado de São Paulo decidiu recomendar o prosseguimento da privatização da Cesp, mantendo as vigências atuais das suas concessões. Isso significa que o principal ativo da companhia, a hidrelétrica Porto Primavera, continuará com vencimento já em 2028. O leilão deve acontecer em setembro.

O outro cenário, descartado pelo governo, seria a solicitação da renovação antecipada dessa concessão antes da privatização, com base na Lei 9.074. Com uma concessão vigente por mais 30 anos, o valor da Cesp - calculado com base na previsão de geração de caixa - poderia ser maior.

Segundo o secretário da Fazenda de São Paulo, Hécio Tokeshi, o governo federal foi consultado sobre a renovação da concessão e as condições apresentadas para isso "não atendiam os interesses do Estado e dos demais acionistas da Cesp". Por isso, decidiram manter os prazos atuais.

Para renovar antecipadamente as concessões, o governo federal pretendia cobrar uma outorga da Cesp, correspondente a integralidade do fluxo de caixa adicional que haveria em decorrência da extensão do prazo, explicou Mario Engler, diretor-presidente da Companhia Paulista de Parcerias. "A proposta do governo federal era de se apropriar de todo o excedente de valor que a

companhia poderia ter se houvesse a renovação por mais 30 anos", disse Engler ao Valor.

Além disso, a União queria uma participação proporcional do eventual ágio que a privatização pudesse proporcionar, a título de "complemento da outorga".

O governo paulista decidiu que a renovação não agregaria valor à empresa nem aos acionistas.

Segundo o secretário Tokeshi, ainda sim o governo espera grande interesse pela Cesp de investidores privados. "É um bom ativo da forma como está, não vejo nenhuma razão pela qual não haja interesse. De qualquer forma, são onze anos, um bom prazo para exploração da concessão", disse.

A ideia do governo de São Paulo é concluir a privatização da elétrica em setembro. O preço mínimo deve ser divulgado entre julho e agosto, segundo o secretário da Fazenda. "Todos os prazos legais serão respeitados, haverá prazo suficiente para que eventuais interessados tomem conhecimento do edital", disse.

A proposta da renovação antecipada das concessões da Cesp, que veio à tona no fim do ano passado, ajudou a impulsionar ganhos da estatal no mercado, devido à expectativa de que seu valor pudesse ser ampliado na venda.

Em relatório divulgado no início de março, o Bradesco BBI calculava preço-alvo de R\$ 14 para o cenário em que a empresa continuasse estatal. Numa privatização com as concessões vencendo nos prazos atuais, o preço seria de R\$ 24. Já no cenário de venda e extensão da concessão por 30 anos a partir de 2018, o preço-alvo seria de R\$ 30, mesmo contando com o pagamento do montante estimado de R\$ 1,5 bilhão em outorga.

Além da hidrelétrica de Porto Primavera, que tem 1.540 megawatts (MW) de potência, a Cesp tem ainda as concessões de Paraibuna, com 87 MW e vencimento em março de 2021, e Jaguari, que tem 27,6 MW de potência e a concessão termina em maio de 2020.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes

Título: Ineos vai investir € 2 bi em expansão na Europa

A anglo-suíça Ineos planeja investir € 2 bilhões para expandir a produção de petroquímicos na Europa. Conforme anúncio da companhia, o pacote de investimentos inclui a construção de uma unidade de propeno e ampliação do

volume produzido de eteno, matérias-primas para a obtenção de resinas termoplásticas.

A nova unidade de desidrogenação de propano (PDH) terá capacidade de produção de 750 mil toneladas por ano de propileno e atenderá as demais unidades da Ineos na Europa. Esse investimento, segundo a companhia, poderá ser feito na Antuérpia.

A Ineos avalia ampliar a capacidade de eteno nas centrais petroquímicas de Grangemouth, Escócia, e em Rafnes, Noruega, para mais de 1 milhão de toneladas por ano cada uma. Hoje, a companhia produz 4,5 milhões de toneladas anuais de eteno e propeno na Europa, mas ainda é a maior compradora desses insumos na região.

Em nota, o executivo-chefe da Ineos Olefins & Polymers North, Gerd Franken, afirma que os investimentos aumentarão a autossuficiência nos principais petroquímicos básicos consumidos na operação e suportarão os negócios de resinas na Europa. "Todos os nossos ativos se beneficiarão da nossa capacidade de importar matérias-primas competitivas dos Estados Unidos e do resto do mundo", diz.

O aumento de capacidade em petroquímicos básicos, ressalta o executivo, foi viabilizado pelo investimento de cerca de US\$ 2 bilhões na compra de grandes navios, que possibilitam a importação de etano e de gás liquefeito de petróleo (GLP) dos Estados Unidos e de outros mercados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Souza Ramos

Título: Etanol em baixa pressiona usinas no país

Se os preços do açúcar no mercado internacional, em forte queda diante das vendas dos fundos especulativos, vêm desanimando as usinas brasileiras, o etanol também não tem oferecido uma saída melhor.

Pressionados pela forte desvalorização do petróleo no mercado internacional, os preços do etanol têm recuado de forma expressiva nas usinas e nos postos sem que a demanda tenha reagido positivamente a essas mudanças.

Desde o início da safra 2017/18, o indicador Cepea/Esalq para o etanol hidratado já caiu 6%, alcançando R\$ 1,3453 o litro na semana entre 5 e 9 de junho.

A redução de preços no período seria um movimento natural em um contexto de avanço da moagem. Ocorre que as cotações do etanol já estão em queda desde o início do ano. Da primeira semana de 2017 até agora, o indicador acumula retração de 28% e está bem abaixo do valor registrado em igual época da safra passada. Na semana que se encerrou em 10 de junho de 2016, o indicador Cepea/Esalq estava 14% mais alto que o da última semana.

Essa redução já chegou aos postos, mas ainda não estimulou os motoristas a trocarem a gasolina pelo etanol. Nos postos do Estado de São Paulo, o preço médio do etanol já está abaixo dos 70% de paridade em relação à gasolina. Na semana encerrada dia 10, o valor médio ficou em R\$ 2,296 o litro, acumulando 3,73% de queda em um mês, conforme levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Em relação ao preço da gasolina, o etanol ficou em 68%.

Contudo, a demanda segue abaixo do esperado para esta época. "Já estamos em junho, o consumo já deveria ter chegado ao que se esperava", disse Martinho Ono, presidente da SCA Trading Etanol. A expectativa, segundo ele, era que as vendas de etanol já estivessem em torno de 1,3 bilhão de litros por mês, mas não estão ultrapassando muito a casa dos 1 bilhão de litros.

As vendas de etanol hidratado das usinas para as distribuidoras se aceleraram na segunda metade de maio, mas não foram suficientes para anular a distância em relação ao mesmo mês do ano passado. No total de maio, foram negociados 1,160 bilhão de litros de etanol hidratado no mercado interno, queda de 14% na comparação anual, conforme levantamento da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica).

Os dados referentes a maio sobre as vendas de etanol hidratado nos postos ainda não foram divulgados pela ANP, mas costumam não guardar diferenças muito grandes com relação às vendas reportadas pela Unica.

Na avaliação de Ono, para o motorista trocar a gasolina pelo etanol, o preço do biocombustível vai ter que recuar mais. "Quando a relação entre o preço do etanol e da gasolina em São Paulo chegar a 66% ou 65% e a relação entre Estados como Paraná e Minas Gerais melhorar, aí aumenta a demanda", disse. Por enquanto, o etanol ainda está em 75% do valor da gasolina no Paraná e em 72% em Minas Gerais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Aperam e Santo Antonio

A Câmara de Arbitragem da Fundação Getulio Vargas (FGV) julgou improcedente a ação movida pela Aperam Inox América do Sul contra a Santo Antonio Energia, informou a companhia elétrica, em comunicado ao mercado. Segundo a Santo Antonio, o valor envolvido na arbitragem, que é sigilosa, era de cerca de R\$ 8 milhões, e o possível impacto seria a imposição à geradora da rescisão do contrato.

Minério cai para US\$ 53

O minério voltou a cair ontem e atingiu seu menor valor em praticamente um ano no mercado à vista da China. Os preços da commodity com pureza de 62% recuaram 2,8% no porto de Qingdao, para US\$ 53,36 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin". A cotação não era tão baixa desde 24 de junho do ano passado. Só neste mês, a matéria-prima registrou seis desvalorizações e subiu em apenas três. A queda acumulada de junho já chega a 6,4%. No ano, o enfraquecimento do insumo é ainda mais intenso, um recuo de 32,3% até o momento. Todo o ganho alcançado no fim de 2016 e início de 2017 já ficou para trás. Além disso, o desempenho de ontem deixa a média do segundo trimestre em US\$ 64,11 por tonelada. Apesar de cair 25,1% em relação aos três primeiros meses do ano, na comparação anual, a alta ainda é de 15,6%.

MME / ASCOM .